

LACIGF11

Ameaças à liberdade de expressão no ambiente digital: campanhas de desinformação.

Buenos Aires, Argentina

31 de julho de 2018 das 16h30 às 18h

Moderador:

- Vladimir Cortes (Artigo 19)

Painelistas:

- Gonzalo Navarro (ALAI)
- Danya Centeno (R3D)
- Agustina del Campo (CELE)
- Mónica Guise Rossina (Facebook)
- Natalia Quevedo González (CRC)

Palavras iniciais

- Vladimir Cortes (Moderador)

O moderador iniciou a sessão apresentando alguns exemplos recentes de aglomerados de desinformações que ocorreram em diferentes partes do mundo. Ele também mencionou a resolução do Relator Especial sobre a promoção e proteção do direito à liberdade de opinião e expressão, David Kaye, sobre a regulamentação do conteúdo online gerado pelos usuários, que expressa algumas preocupações sobre a regulamentação do conteúdo. e os regulamentos de governos e empresas que, nas palavras do moderador, com uma formulação muito geral sobre o extremismo, a blasfêmia, a difamação, o discurso ofensivo, as notícias falsas e a publicidade, geralmente servem como pretexto para solicitar que as empresas suprimam a expressão legítima. A seguir, o moderador mencionou que, em sua opinião, os Estados estão cada vez mais focados no conteúdo das plataformas online e que muitos Estados usam instrumentos de desinformação e propaganda para limitar a confiabilidade da mídia independente.

Finalmente, o moderador falou sobre o caso da Cambridge Analytica e expôs as perguntas desencadeadoras do painel:

- A) O que queremos dizer com desinformação e propaganda?
- B) Qual é o efeito que têm sobre as sociedades? Devem ser regulamentadas?
- C) Quais ações podem ser tomadas? Qual é o impacto das campanhas de desinformação para persuadir os cidadãos nas eleições?

D) Deveríamos falar de notícias fabricadas, altamente parcializadas, isto é, fazer uma taxonomia em vez de falar de notícias falsas?

Painelistas:

- Natalia Quevedo González

Para começar, a palestrante comentou que a Comissão de Regulamentação das Comunicações (CRC) da Colômbia não é um regulador de conteúdo, mas que fez pesquisas sobre os impactos negativos da Internet na sociedade colombiana. Nesse sentido, identificaram três frentes para a abordagem, que são o uso extensivo de telas, anonimato na internet e notícias falsas.

A painelista indicou que, antes de entrar em recomendações sobre regular ou desregular, ia comentar alguns casos ocorridos na Colômbia em relação à circulação de informações de conteúdo falso. Sobre isso, a palestrante indicou que a partir desses casos começaram a ser reconhecidos portais de notícias sarcásticas e/ou humorísticas do país.

Também introduziu o conceito de pós-verdade, indicando que o mesmo existe há muitos anos. Depois, Natalia observou que existem três frentes que devem ser atacadas para combater esse tipo de informações, sendo estes:

- A) Em nível das pessoas: através de políticas públicas, com uma política de educação em que haja um compromisso de educar o cidadão para que verifique as fontes.
- B) Em nível da mídia: a mídia deve se autorregular, com assuntos ou filtros mais importantes nas suas editoras.
- C) Em nível de redes/plataformas: através de algoritmos acompanhados por pessoas, porque um algoritmo por si só não vai compreender a ironia ou o humor.

- Gonzalo Navarro

Pergunta inicial: Quais são as complexidades conceituais no momento de tentar projetar soluções para lidar com campanhas de desinformação?

O palestrante começou sua apresentação afirmando que quando falamos de campanhas de desinformação ou outros fenômenos na Internet, essas são questões que já existem e que são de longa data, mas têm diferentes arestas que se desenvolvem dentro da massa da Internet e, ao mesmo tempo, da velocidade das mudanças tecnológicas que acontecem. Portanto, fenômenos antigos como as campanhas de desinformação que tradicionalmente víamos na mídia anos atrás, não são questões novas. No entanto, a massa é um fator importante.

Ao mesmo tempo, ele ressaltou que quando falamos de campanhas de desinformação, seja através de mecanismos tradicionais ou plataformas, também vemos que a questão da educação e saber o que os usuários entendem é extremamente relevante. Por sua vez, enfatizou que as diferenças entre gerações são um componente muito importante, uma vez que para algumas pessoas mais idosas resulta mais complexa a inserção do que para os nativos digitais quem consideram mais fácil e compreensível.

A seguir, disse que existem dois elementos chave: uma questão que sempre foi importante e que agora obedece a outros componentes técnicos e os elementos como a educação e entendimento sobre as plataformas.

Finalmente, ele comentou que a questão das campanhas de desinformação na Internet é relativamente nova e que pode ter surgido mais fortemente após as eleições nos Estados Unidos. Ele ressaltou que, embora seja novo, as soluções foram dadas de acordo com a velocidade da Internet, dando respostas quantitativas e a par com o que é esperado, isto é, eficaz e levando em consideração a natureza do serviço e o respeito aos direitos.

- Mónica Guise Rossina

Pergunta inicial: O papel dos intermediários tem sido um elemento chave na distribuição dessas campanhas de desinformação, principalmente para influenciar nas eleições. Neste contexto, o Facebook fez uma série de medidas para abordá-las, incluindo mudanças em algoritmos e alianças com organizações de verificação de fatos, entre outras. O que foi que o Facebook aprendeu de tudo isso? Como isso funcionou para dar respostas que não afetem outros direitos?

A palestrante começou afirmando que nada pode ser feito sobre esta questão de forma isolada e que esta é uma posição da empresa. O Facebook não pretende ter uma resposta para um problema tão complexo quanto este trabalhando sozinho. Além disso, ela disse que esta questão é tão complexa que até mesmo o setor acadêmico - que está estudando esse fenômeno - ainda não pode determinar sua proporção. Nesse sentido, Mónica mencionou que desde o Facebook está se tentando trabalhar em alguns aspectos para preservar a liberdade de expressão, reconhecendo que combater as notícias falsas e preservar a liberdade de expressão não é uma tarefa fácil e que é uma tarefa complexa de realizar, dado a diversidade cultural e a dimensão do Facebook. Dadas essas características, a palestrante comentou que trabalharam em conjunto com a sociedade civil, a academia e, recentemente, com as agências de verificação.

Para isso, a painelistas comentou que existem três pilares, que consistem em detectar contas falsas, detectando-as e removendo-as, uma vez que grande parte

das notícias falsas que circulam na plataforma tem a ver com perfis ou contas falsas. Desta forma, é possível atacar uma parte importante do problema. Ela também esclareceu que o Facebook não retira notícias falsas, nem remove perfis que as divulgam, uma vez que buscam manter um equilíbrio delicado.

A seguir, mencionou que as falsas notícias têm um conteúdo vulgar e são geradas principalmente nos anos eleitorais. Assim mesmo, disse que o Facebook está trabalhando em um frente de notícias falsas para reduzir sua circulação, em parceria com as agências de verificação, em que já existem 14 países da América Latina que estão usando o programa verificação do Facebook para checar notícias que tem potencial para serem falsas. Também foi indicado que o Facebook recebe denúncias da comunidade, que são enviadas para que os sócios façam a verificação dos fatos, não das opiniões ou interpretações; e se uma notícia tiver o potencial de ser falsa e os verificadores a marcam como falsa, o Facebook diminui seu escopo, mas não é removida. O usuário recebe uma notificação de que essa notícia foi considerada falsa e o usuário é perguntado se deseja compartilhá-la, sendo este quem finalmente decide.

Finalmente, a palestrante comentou que já trabalhou com parceiros do setor acadêmico para criar programas de educação e que em breve haverá alguns parceiros no Brasil que lançarão um projeto para o público jovem, que terá vídeos interativos e textos para contar aos internautas em geral que existem muitas notícias falsas e que existem ferramentas para ficar mais bem informados e fazer um uso mais consciente da Internet.

- Agustina del Campo

Pergunta inicial: Desde os Estados e os governos, também foram tomadas algumas medidas legislativas que buscaram regular as campanhas de desinformação. Em termos de liberdade de expressão e no âmbito dos direitos humanos, quais são os desafios das campanhas de desinformação neste contexto?

A palestrante começou dizendo que a principal questão quando se fala em desinformação é como a definimos, posto que a linha de análise a ser aplicada, o tipo de solução que podemos dar e o problema específico sairão dessa definição.

Depois, disse que principalmente no último ano, tem havido grandes confusões e que todos os tipos de informações falsas foram colocados em uma “grande sacola” de desinformação. Nesse sentido, indicou que, na realidade, há problemas de longa data, que alguns estão ligados à desinformação estrita e outros a notícias inventadas que podem afetar a privacidade do indivíduo, como a calúnia e difamação, que têm outro regime legal.

Ela também interveio dizendo que, se nos concentrarmos na resposta que os governos deram a essas questões, vemos que o problema está na definição. O caso francês, por exemplo, trata-se, em sua opinião, de um caso estritamente eleitoral e do impacto que a propaganda política tem sobre as eleições em seu país, dando uma regulação de um quadro específico para notícias falsas em quadros eleitorais.

A seguir, Agustina comentou que o presidente da Corte Suprema de Justiça da Nação da Argentina recentemente falou sobre diferentes órgãos legislativos a esse respeito, entre eles a lei da Malásia -que criminaliza as notícias falsas-, a alemã - que regulamenta os intermediários- e a lei francesa -que regula notícias falsas no quadro eleitoral.

Ela continuou comentando que a regulamentação alemã impõe a obrigação de controle sobre a circulação de notícias sobre o intermediário, sob pena de multa muito altas. Em sua opinião, isso supõe um controle ativo das redes, supervisão e download de conteúdos bem rápido.

Por sua vez, indicou que a lei da Malásia regula notícias falsas em geral, estabelecendo um tipo criminal para quem invente notícias e isso se aplica para todos os tipos de oradores, médios e contextos.

Avançou na sua apresentação dizendo que esses exemplos mostram os diferentes aspectos do que diz respeito à própria notícia falsa, que pode variar significativamente. De um lado, pode-se tentar proteger o discurso público no momento da eleição, por outro a honra de uma pessoa em um momento dado, a saúde pública, a saúde da informação que circula no momento de uma crise natural, política, etc.

Finalmente, contou que há um problema comum nesses três desses exemplos e é o impacto que a liberdade de expressão tem, onde a criminalização, a responsabilização do intermediário ou outras medidas têm o efeito de censura. Por exemplo, a palestrante disse que na lei da Malásia há uma enorme desproporcionalidade entre a expressão e a punição penal, na lei francesa também há uma desproporcionalidade na interferência do Estado na hora de exigir a redução de conteúdo e atribuir punições e, na lei alemã cria um enorme incentivo para que os intermediários façam download de mais conteúdo do necessário por uma questão de prazos.

- Danya Centeno

Pergunta inicial: Qual é o papel desempenhado pelas respostas não regulatórias nos contextos da América Latina e, em particular, do México?

Danya começou dizendo que grande parte do ponto está em entender o fenômeno antes de procurar soluções que resolvam tudo. Ela continuou mencionando que esta questão não é nova, antes havia monopólio de quem controlava a informação e como ela era disseminada, mas agora graças às novas tecnologias esse monopólio foi quebrado, e isso fez com que exista mais pluralidade de informações, o que também levou a que as barreiras de entrada para essas informações que não são confiáveis sejam diminuídas, faltando alternativas para encontrar informações que sim são confiáveis.

Em seguida, a palestrante indicou que houve um abuso desse monopólio pela mídia tradicional e pelos canais oficiais de comunicação, o que levou à perda de confiança nessas fontes de informação, buscando agora que existam meios alternativos de acesso à informação. Explicou em sua intervenção que pelo fato de existir tanta informação resulta difícil discernir qual é confiável e qual não é, destacando a importância do papel assumido pela mídia e fontes de informação, comentando o exemplo mexicano durante o terremoto, onde ela explicou que houve um descompasso entre as necessidades existentes e as informações disponíveis. Neste sentido, Danya abordou o papel desempenhado por vários grupos da sociedade civil no México, cobrindo essa lacuna, mencionando o valor de realizar este exercício, já que realizaram uma verificação no campo dessas necessidades, para poder colocá-lo e divulgá-lo de forma certa. Também mencionou que praticaram um exercício semelhante com mais organizações durante as eleições, demonstrando que sim existe um interesse nas pessoas de ter acesso a fontes alternativas de informação que possam dar confiança.

Em seus comentários, ela acrescentou que a mídia e as fontes de informação têm que ter um papel mais ativo e uma maior responsabilidade para gerar confiança nos usuários, enfatizando que mais do que soluções regulatórias, devemos buscar maior confiança, sendo mais transparentes em suas políticas editoriais, de remoção de conteúdos e com maior prestação de contas para que os usuários saibam que o que publicam é confiável, sem excesso de regulamentação, pois isso pode afetar outros direitos, como o acesso à informação e a liberdade de expressão.

Finalmente, Danya enfatizou que deve ser procurado um ponto médio e gerada mais confiança para os usuários.

- Gonzalo Navarro

Pergunta inicial: Qual poderia ser o escopo na parte regulatória ou de políticas públicas? Deveria existir alguma coisa a esse respeito ou deveriam ser abertas diferentes frentes?

O palestrante começou indicando que a resposta de senso comum é que a desinformação deve ser combatida com informação, mas para não afetar os direitos fundamentais ou pessoas -como as plataformas - como avaliadores do que pode ser lido ou não pelos usuários, apresentam-se alternativas como agências de verificação, para que os próprios usuários possam decidir quais informações são verdadeiras ou não, não definindo um terceiro para que decida por elas. Ele acrescentou em seu discurso que tais soluções, práticas, não regulatórias, criam um equilíbrio entre o acesso à informação e a liberdade de expressão, colocando em contexto real o trabalho que deve ser feito pelas plataformas, funcionando como plataformas para troca de informações mas não determinando o que está correto ou não na Internet.

Continuou dizendo que na região, no México, as pessoas tiveram acesso às informações como nunca antes tiveram. Sim existem campanhas de desinformação, mas agora as pessoas no México, através da Internet, tiveram acesso a uma grande quantidade de informações e, graças a ferramentas como *Verificado*, também tiveram acesso a informações confiáveis, estabelecendo o que é verdadeiro e o que não é.

Finalmente, indicou que a educação deve ser sim uma política de Estado e deve ser um esforço conjunto de todos os atores que se relacionam através da Internet.

- Mónica Guise Rossina

Pergunta inicial: O Facebook tem feito diferentes ações e rotas; de que outra forma essa plataforma enfrentou esse fenômeno e como o Facebook está informando e dando a conhecer aos usuários sobre essas ações?

A palestrante disse que tentar informar é estar presente neste tipo de fóruns, dialogando mais com a sociedade civil, estando mais presente. Também disse que há um maior interesse em gerar ligações para informar sobre esse tipo de campanha.

Ele continuou mencionando que, em relação à remoção ou eliminação de material, continuará removendo aquilo que não estiver em concordância com as políticas, como contas falsas. Nesse sentido, investir em machine learning, em inteligência artificial e nas equipes que gerenciam essas questões é uma forma de atacar as campanhas de desinformação.

Em relação a informar, a panelista enfatizou que a desinformação é combatida com mais informação. Para isso, eles trabalharam - entre outras coisas - em informar por diferentes meios da América Latina dando dez conselhos em uma aliança que foi desenvolvida com a academia.

Finalmente, Mónica indicou que há momentos históricos que exigem mais atenção, como as eleições, devido ao nível de polarização vivenciado nelas. Por exemplo, no Brasil, dado o contexto eleitoral local, um agrupamento de agências de controle está sendo apoiado, para realizar um esforço maior para controlar fatos e notícias em épocas de eleições.

- Agustina del Campo

Pergunta inicial: Quais aspectos devem ser levados em consideração quando os processos legislativos são iniciados? Como se olha desde uma perspectiva de liberdade de expressão e direitos humanos?

Tanto a iniciativa pública quanto a privada, devem atender os mesmos fatores. Do ponto de vista da liberdade de expressão, as melhores práticas nesta matéria são que, quando se pensa em regulamentação para a expressão, deve-se ter muito cuidado. A liberdade de expressão é protegida por vários fatores, como a autonomia pessoal, é fundamental em qualquer sistema democrático porque este direito é um meio instrumental para o exercício de outros direitos.

Os abusos estão interpretados de forma restritiva, não arbitrariamente. É por estas razões que não é absoluto, mas que admite limitações cuidadosas. O teste de legalidade, onde a restrição é claramente prevista, é fundamental. Algumas leis podem ser ambíguas, deixando muito espaço para interpretação, dando uma margem enorme de discricção. A proporcionalidade também é relevante, fixando que não seja desproporcional aos fins.

Isto também se aplica à autorregulação dos privados, uma vez que existem muitas iniciativas com múltiplas opções, onde todas elas têm deficiências, com vantagens e desvantagens. Todas as soluções colocadas - tanto públicas quanto privadas - devem ser analisadas criticamente.

Por exemplo, a verificação de dados é uma medida muito menos restritiva do que o download automático de conteúdo, mas mesmo essa opção também deve levar em conta que não são muitas as organizações que fazem esse tipo de verificações, que as mesmas são responsabilidade do jornalismo de dados, mas que há muitos outros tipos de jornalismo, que não há verificadores de dados em todos os países e que o impacto da verificação de dados realizada pelo Facebook é igual em todos os países, então quando a notícia for classificada como falsa, a mesma deixa de circular. Este tipo de medidas que afetam a circulação do discurso também deve ser medido de acordo com o local onde é implementado e a magnitude do fenômeno.

- Danya Centeno

Pergunta inicial: Qual tem sido sua experiência com as cadeias que são distribuídas? Qual é a experiência com o projeto “Quebra a Cadeia”?

A disseminação de informações não verificadas pelo whatsapp se tornou um tema no México, já que muitas pessoas têm planos em que o uso dessa plataforma não requer dados e não possuem dados para verificar as informações no momento de recebê-las. Tendo identificado isso, várias organizações criaram o "Quebra a Cadeia", para gerar um espaço em que possam ser neutralizadas as cadeias de desinformação. Para isso, foi aberta uma caixa de correio e um número em redes, para que a cadeia fosse enviada e poder responder com uma "contra-cadeia" quando as informações forem verificadas. Este exercício serviu para compreender o fenômeno, compreendendo a conjuntura e por que tipo de informações era disseminado. A análise é continuada, a fim de compreendê-lo e propor uma solução possível para enfrentar o problema desde a raiz.

Perguntas do público.

- 1) Podem países como a França, Alemanha e Malásia serem descritos como "ditaduras" com base na legislação sobre as chamadas informações falsas ou "fake news", pode ser estabelecida uma diferença na aplicação desta legislação se for aplicada em redes sociais ou na Internet? Qual o nível de responsabilidade dos operadores, empresas ou provedores de serviço diante de notícias falsas? Que garantias oferecem aos usuários finais em relação ao conteúdo que publicam? (Alexis Santeliz)
- 2) Essa questão é bastante preocupante, pois se entende que algumas mídias estão sendo tomadas em grande parte, no Facebook, por exemplo, o que pode comprometer a liberdade de expressão e comprometer os direitos protegidos. Quando o Facebook diz que excluem ou removem perfis falsos, existem contas abertas sem a identificação de quem as abre? Porque no Brasil existe a obrigação de manter os dados por pelo menos seis meses daqueles que se conectam e aderem à plataforma, mas também no Brasil existe a proteção do pseudônimo e é um importante instrumento para a proteção da liberdade de expressão. É analisado esse equilíbrio na proporcionalidade de direitos quando se trata de eliminar contas falsas? Quais são os critérios? Vocês acreditam que existe uma subjetividade muito grande em expressões como “notícias de baixa qualidade”? O que é uma notícia de baixa qualidade para o Facebook? (Flávia Lefèvre Guimarães)
- 3) No nível geral, chama notoriamente a minha atenção que a palavra monopólio não tenha sido ainda mencionada, como um cidadão pode contrastar informações ignorando a propriedade das telecomunicações quando um multimeios começa a divulgar uma notícia falsa em toda a sua mídia. Ela acredita que uma maneira mais eficaz de mitigar o impacto de

notícias falsas é garantir, por meio de leis e regulamentações, uma porcentagem das licenças da mídia comunitária e limitar a expansão de corporações multimídia. (Jesica Giudice)

- 4) Na Guatemala existem perfis que através do humor distribuem notícias falsas, há mídias que não são preconceituosas e distribuem notícias falsas e há informações que vêm do interior do país e que não há como verificá-las. Existem ferramentas, técnicas ou experiências que nos permitam, como usuários, discernir entre as informações para que esses sejam fortalecidos e resistir à grande onda de informações? (Linda)
- 5) Se o problema já existe, não seriam os usuários quem poderiam estar propensos a receber tais informações, como pode um usuário que não tem a capacidade de elucidar quais informações são verdadeiras e quais são falsas se não forem validadas por terceiros e quem são esses terceiros; e finalmente, o que acontece se esses terceiros decidirem se tornar um grande irmão que decide o que os usuários devem ou não ler porque se sabem que são mestres da verdade ou de alguma verdade? (Erick Iriarte)
- 6) Eu acho que em relação às grandes plataformas com poder de mercado significativo, como o Facebook, quando usados critérios globais, esses critérios são para estruturas consolidadas. Quando falarmos de muitos perfis carregados desde um único IP, se esses perfis estão saindo de um locutório onde há apenas um, bem, vamos pensar que é alguém que está lançando notícias falsas, e essa comunidade vai descobrir. Isso pode mexer a curva? Como faz o Facebook para saber, mesmo sendo uma coisa pequena, se foi um erro? O que acontece quando os espaços são tão pequenos?

Respostas

- Agustina del Campo

A responsabilidade do gerador de conteúdo em relação ao seu próprio conteúdo é regulada. A liberdade de expressão não é um direito absoluto e existem limites que são especificamente estabelecidos na lei e há causas pelas quais a responsabilidade é gerada naqueles que se expressam, tanto civil quanto criminal. No entanto, ele acha que não deveria ser criminal porque em muitos casos pode ser desproporcional. No sistema interamericano, as informações falsas não são proibidas *per se*, mas apenas quando certas condições são atendidas, porque o erro que pode resultar em uma notícia falsa é protegido.

Quanto à responsabilidade dos intermediários tecnológicos, eles não deveriam se responsabilizar pelo conteúdo de terceiros, já que quem se expressa já possui uma responsabilidade inerente e porque estabelecer uma responsabilidade poderia gerar

um funil onde deveria existir um monitoramento permanente ou poderia gerar um incentivo para o download de conteúdo.

Ela considera que esses problemas são complexos, próprios de ditaduras e de não ditaduras. Países como a França, EUA e Argentina, entre outros, estão debatendo seus sistemas e discutindo sobre seus sistemas de responsabilidade e os limites à liberdade de expressão, os que não são estáticos. Esses debates são importantes, principalmente porque estamos em democracias.

- Mónica Guise Rossina

As portas do Facebook ainda estão abertas e levamos essas perguntas para outros espaços de debate e discussão. Em relação às contas falsas, o Facebook tem uma política de nome autêntico, é uma opção de a empresa acreditar que se as pessoas usarem seu nome autêntico, serão mais responsáveis na plataforma. Quando são mencionados números relacionados à eliminação de contas falsas, esses números têm a ver com as pesquisas e o trabalho proativo que a equipe do Facebook de mais de 20.000 funcionários realiza para identificar tentativas maliciosas no uso da plataforma, como o uso do mesmo IP gerando tentativas de fazer upload de perfis diferentes pode ser usado como um indicador de um comportamento malicioso, como a disseminação de *clickbaits*.

Sobre as alianças com agências de verificação, estas são agências credenciadas que cumprem regras internacionais, que são submetidas anualmente a auditorias e que podem ser desacreditadas se não atenderem a todos os requisitos. Essas alianças com agências que têm experiência e que obedecem a padrões rigorosos para tornar os controles tão objetivos quanto possível, indicam que o conteúdo foi marcado, mas não é removido da plataforma; mas tem um escopo limitado, embora continue no perfil de quem compartilhou. Essa pessoa é informada, recebe uma informação adicional, que diz que existe uma agência de verificação que indica que este conteúdo foi marcado como falso e que o usuário decida se quer compartilhá-lo ou não. A notícia falsa não é removida: o escopo é reduzido e se fornece mais informações aos usuários.

- Gonzalo Navarro

O importante dentro da concepção é que há dois anos não tínhamos soluções e agora sim: falamos de soluções e até podemos debater sobre o equilíbrio ou não que elas têm. Nesta fase da discussão, as soluções que aparecem através das agências de verificação colocam em mãos os usuários determinar sua própria verdade. O importante é que nenhuma plataforma determina o que é verdadeiro ou não, a informação está presente, ao contrário da questão das contas falsas que obedecem às próprias políticas.

Sem entrar no debate sobre a existência ou não de monopólios na mídia tradicional, falar em Internet ultrapassa a concepção tradicional de meios, já que a Internet permite maior acesso a mais informações e isso é uma grande vantagem.

As agências de verificação de informações atendem critérios de idoneidade, independência, imparcialidade, entre outros. As determinações são feitas por pessoas e estas podem ser falíveis ou não, e o importante é que a informação seja acessível aos usuários. O risco de que o conteúdo seja determinado ou não existe, talvez, quando os regulamentos colocam os Estados como os encarregados de determinar o que é verdadeiro e o que não é. Possivelmente a inteligência artificial, machine learning e outras tecnologias permitam dar melhores soluções.

- Mónica Guise Rossina

Em relação à experiência de acompanhar essas investigações, isso não é automático, pois os casos que estão fora da curva são levados em conta. Quando falamos de sinais, como o mesmo IP gerando muitas tentativas de upload, falamos de milhares de contas. Este é um dos sinais, mas a pesquisa é muito mais complexa.

Na nossa central de ajuda, existem essas 10 dicas para identificar notícias falsas; e vamos tentar, na medida do possível e enquanto os programas e alianças forem melhorando, expandir o escopo desses programas.